

Ata da 13ª Reunião Extraordinária do
Conselho Estadual de Saúde - CES

1
2
3 Aos vinte e nove dias do mês de maio de dois mil e treze no Auditório do Ed. Tk Tower, 13º andar,
4 localizado na Av. Professor Magalhães Neto – Pituba – Salvador – BA, com as presenças dos senhores
5 membros do Conselho: Camila dos Santos Pimentel, Déborah Dourado Lopes, Edson Conceição de
6 Araújo, Francisco Xavier Paranhos Coelho, Francisco José Sousa e Silva (Vice-Presidente), Isadora
7 Oliveira Maia, José Silvino Gonçalves dos Santos, Josivaldo de Jesus Gonçalves, Leonídia Laranjeira
8 Fernandes, Marcos Antônio Almeida Sampaio, Maria de Fátima Gomes Almeida, Maria Helena Machado
9 Santa Cecília, Olívia Santos Pereira, Sílvio Roberto dos Anjos e Silva, (Conselheiros Titulares). Gislene
10 Villas Boas Torres da Silva, Jecé Freitas Brandão, Joilda Gomes Rua Cardoso, Maria do Carmo Brito de
11 Morais, Washington Luis Silva Couto (Conselheiros Suplentes) e a Sra. Elisabete Lima de Morais –
12 Coordenadora Executiva do CES, para a reunião do CES/BA. Às 10 horas o Sr. Washington Luis Silva
13 Couto - Suplente do Presidente do CES declarou aberta a sessão justificando as ausências dos membros
14 da mesa e a sua presença na mesma. “A coordenação executiva é composta de forma paritária, por quatro
15 membros e por ironia do destino nenhum dos quatro estão aqui. Sou suplente de um desses membros que
16 é o Dr. Jorge Solla e começo justificando a sua ausência. Hoje temos uma missão com um grupo chinês,
17 inclusive terei que sair próximo às 11 horas e Dr. Solla está nessa missão. Francisco que é o vice-
18 presidente está no Aeroporto, pois houve um atraso no voo e ele está em deslocamento e irá demorar
19 muito para chegar aqui. Moisés está em viagem, já havia justificado e a conselheira Célia também está
20 em viagem. É a primeira vez que isso acontece. Claro que é o pleno que tomará a decisão, mas sugiro que
21 a mesa possa ser composta de forma paritária para tocar a nossa reunião. Leonídia é uma sugestão pela
22 questão da titularidade e suplência. Você seria uma das pessoas que deveria estar aqui se todos
23 concordarem e daí faremos a escolha dos outros segmentos.” A Sra. Leonídia Laranjeiras Fernandes
24 declarou que não poderia compor a mesa, pois estaria participando do Encontro Nacional da Central
25 Única dos Trabalhadores - CUT, na qual era diretora e teria que voltar para o hotel onde estava ocorrendo
26 o evento. “Poderíamos avaliar outra pessoa aqui.” Foi escolhido o conselheiro Josivaldo e a conselheira
27 Joilda para compor a mesa. O Srº. Washington Luís Silva Couto lembrou a todos que mesmo em reuniões
28 extraordinárias o tempo de fala para cada conselheiro era de 03 minutos. “Gostaria muito de solicitar a
29 todos os conselheiros, assim como o Presidente e o Vice-Presidente sempre fazem que se limite a
30 informes e falas com duração menor que 03 minutos para economizarmos tempo. Passou a palavra aos
31 conselheiros para fazerem os informes das suas entidades. O conselheiro Josivaldo de Jesus Gonçalves
32 informou que no dia 24/05/2013 esteve em Brasília representando o Fórum Estadual das Entidades
33 Sindicais dos Agentes Comunitários de Saúde e Agentes de Combate às Endemias a convite da Secretaria
34 de Gestão Participativa – SEGEP, onde esta estaria oferecendo um Curso Livre de Educação Popular para
35 os Agentes Comunitários de Saúde e Agentes de Combate às Endemias, que inclusive já foi falado na
36 reunião do CES, de 45 horas com um complemento de mais 140 horas. “Foi importante a participação,
37 porque fechamos algumas questões que estavam em aberto e iremos concluir no dia 03/06/2013 na
38 SESAB com a turma do MOBILIZA SUS para fechar esse acordo e dar encaminhamento ao curso.”
39 Propôs marcar a reunião solicitada pelo fórum e sindicatos, no sentido de dirimir algumas questões que
40 estão acontecendo em todo o estado, encampado pela direção da Atenção Básica. “Queremos nos sentar
41 para fazermos também nossos acordos.” A conselheira Maria do Carmo Brito de Morais informou que no
42 dia 28/05/2013 houve no Hotel Fiesta o encerramento da Semana da Enfermagem e o Sindicato de
43 Enfermeiros do Estado da Bahia que iria coordenar o Fórum das 30 Horas na Bahia. O conselheiro Sílvio
44 Roberto dos Anjos e Silva informou que no dia 28/05/2013 o SINDSAÚDE este em Feira de Santana em
45 uma manifestação com a presença de outras entidades, inclusive com o Sindicato dos Enfermeiros, onde
46 foi feita uma paralisação durante o turno da manhã em frente ao Hospital Clériston Andrade sendo
47 paralisada por um tempo a BR que passa em frente ao hospital. E o motivo da manifestação foi a forma de
48 mudança de gestão do Hospital Clériston Andrade, onde o governo iria entregar a alguma Organização
49 Social – OS. “Daí as várias formas que as entidades de saúde sempre se colocaram contrárias, inclusive o
50 próprio CES e que esse processo de mudança de gestão das unidades de saúde nunca foram discutido aqui
51 no CES. Fizemos uma paralisação de 24 horas e dependendo do andamento poderemos ter movimentos
52 até mais radicalizados.” A conselheira Maria de Fátima Gomes Almeida informou que houve uma sessão
53 especial da Assembléia Legislativa para comemoração dos 30 anos do Núcleo de Estudos em Saúde da
54 Mulher – NEIM. “Foi uma comemoração importante e gostaria, por conta dessa e sendo um núcleo
55 importante que está pleiteando na Universidade Federal da Bahia ser um instituto, que saia daqui deste
56 CES uma mensagem parabenizando o NEIM.” Informou também que apesar de ser um evento de
57 instituição filantrópica que é a 1ª Santa Casa de Misericórdia da Bahia, mas nos dias 24 e 25/05/2013
58 aconteceu o 1º Simpósio sobre Câncer da Mulher. “Estive lá na sexta-feira, inclusive pedi vaga que me foi
59 concedida. Foi muito importante esse Simpósio, onde abordou vários aspectos sobre câncer da mulher e
60 vou procurar a área técnica da mulher para que esteja engendrando essas questões na política do estado da

61 Bahia.” Comunicou que no dia 28/05 foi o Dia Nacional de Redução da Mortalidade Materna e o Dia
62 Internacional pela Atenção à Saúde da Mulher. “Teve uma sessão especial na Câmara de Vereadores por
63 autoria da vereadora Fabíola Mansur e estive presente. Gostaria que parabenizasse a referida vereadora
64 pela iniciativa.” O conselheiro Marcos Antônio Almeida Sampaio informou sobre os 23 anos do Conselho
65 Municipal de Saúde de Salvador, onde foi realizada uma sessão especial na Câmara e o CES fora
66 convidado. “Estiveram presentes representando o CES o conselheiro Sílvio e a conselheira Maria do
67 Carmo e a conselheira Déborah representando o Ministério da Saúde.” Comunicou que participou do
68 Fórum de Mortalidade Materna que aconteceu na Universidade Norte do Paraná – UNOPAR e ressaltou
69 que seria preciso se criar estratégias para que o CES se fizesse presente nas discussões. “Sentimos muito a
70 ausência do CES em algumas discussões, quanto na representação da mesa quanto nas representações de
71 dentro do fórum. Alguns conselheiros até vão por já estarem envolvidos e não por representação do CES.”
72 Comunicou ainda que esteve na reunião do Conselho Curador da Fundação Estatal de Saúde da Família –
73 FESF, pois juntamente com a conselheira Isadora fazia parte do Conselho Curador e ressaltou a
74 necessidade de ser colocado na pauta a prestação de contas da FESF. “Soube que já tem tempo o pedido
75 dessa pauta, é de interesse e cria um constrangimento estar dentro do Conselho Curador. Coloquei que
76 não tivemos acesso à prestação de contas enviada para o CES.” Informou também que haveria naquele dia
77 às 19 horas atrás do Colégio Central a criação do Fórum Baiano de Combate à Privatização no Conselho
78 Regional de Serviço Social – CRESS. “É um movimento nacional, a primeira reunião e os conselheiros
79 que quiserem estar presentes está feito o convite.” O conselheiro José Silvino Gonçalves dos Santos
80 informou que dia 15 de junho é o Dia Internacional de Combate à Violência Contra a Pessoa Idosa e
81 solicitou que cada entidade ali representada pudesse fazer aquela divulgação nos seus espaços para que
82 pudessem de fato contribuir para a redução da violência contra a pessoa idosa. “Imagine que as pessoas
83 idosas não estão sendo violentadas somente fisicamente, mas moralmente, dentro de casa, principalmente
84 dentro da família. Chamamos a atenção para que as entidades possam contribuir. E ao procurar os
85 serviços da Unidade de Pronto Atendimento – UPA do bairro de Escada, as pessoas vítimas de violência
86 precisando de emergência têm encontrado a unidade fechada. Ontem mesmo estava fechada, sem acesso,
87 as pessoas estavam chegando vítimas de violência ou precisando dos serviços e não tinham acesso. A
88 orientação é que não havia profissionais para atender. Isso é muito grave diante da violência em que
89 estamos vivendo.” Colocou os avanços da Pastoral Carcerária dentro dos presídios. “Fizemos uma
90 formação onde haverá a atuação de novos vídeos dentro dos presídios, delegacias, onde possa estar
91 levando essa acessibilidade e possibilidade das pessoas melhorarem sua relação com a sociedade.”
92 Informou que houve uma Audiência Pública promovida pelos defensores públicos onde estão propondo
93 em nível de governo que se estabeleça na contratação dos serviços por empresas públicas e privadas o
94 percentual para esses egressos. Essas pessoas que foram para a prisão, cumpriram suas penas e estão
95 retornando para a sociedade. Existe um projeto na Vara de Execução e foi feito também uma moção de
96 apoio nesse encontro.” O conselheiro Edson Conceição de Araújo informou que participou de uma
97 Audiência Pública de Saúde do Trabalhador através do vereador Suica e estava presente o Secretário
98 Jorge Solla representando o CES. “Foi uma audiência muito concorrida, com vários dirigentes sindicais.
99 Outra situação que parece que demos um basta, inclusive havendo a intervenção do Secretário Jorge Solla
100 é a questão da empresa OBRASERV que presta um serviço com os maqueiros e todo mês atrasa salários,
101 vale transporte e alimentação. Tivemos uma reunião com a CUT e Sindicato dos Trabalhadores em
102 Limpeza Pública – SINDILIMP que é o sindicato da categoria, a Secretaria rescindiu contrato da
103 OBRASERV. Inclusive chamou a segunda colocada, o SINDILIMP foi para a audiência do Ministério
104 Público do Trabalho e as faturas da referida empresa pela primeira vez será retida para que se pague aos
105 trabalhadores que trabalharam nesse contrato. Outra garantia da Secretaria e do Secretário é que haverá a
106 migração de todos os trabalhadores para a nova empresa que já assumiu esse contrato. Isso foi uma luta
107 de muito tempo, de anos de greve, todo mês esses trabalhadores paravam suas atividades e o que o
108 sindicato da categoria queria era que a Secretaria tomasse a atitude de cancelar esse contrato com essa
109 empresa.” A conselheira Maria Helena Machado Santa Cecília informou que nos dias 27 e 28/05/2013
110 houve a 5ª Conferência Municipal das Cidades, onde foi discutido o desenvolvimento urbano e a
111 mobilidade urbana. A conselheira Leonídia Laranjeira Fernandes informou que no dia 28/06/2013
112 aconteceu a 1ª Jornada do Semiárido em Feira de Santana com a Federação dos Trabalhadores da
113 Agricultura Familiar da Bahia – FETRAF e a CUT e estava acontecendo um evento “O Grito da Terra” no
114 Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA. Informou também que sobre a questão
115 do idoso, estava tramitando no Congresso uma PEC – 4571/2008 que estava querendo tirar direitos
116 garantidos no artigo 23 do Estatuto do Idoso, limitando a concessão de meia entrada em espetáculos. O
117 conselheiro Washington Luis Silva Couto mencionou que solicitaria à conselheira Joilda que
118 rememorasse a apresentação sobre o Regimento e Edital da Plenária feita na 198ª Reunião CES. A
119 conselheira Déborah Dourado Lopes colocou que na última reunião do CES houve a apresentação e em
120 relação ao encaminhamento daquela reunião extraordinária sugeria que a conselheira Joilda fizesse um

121 breve relato, lembrando que na questão do Regimento teve uma série de destaques. “Pelo adiantar da hora
122 sugiro que se faça um resumo em relação aos destaques do Regimento. Podemos voltar cada destaque em
123 conjunto ou separadamente e o Edital que basicamente não teve nenhum acréscimo. O cronograma depois
124 da Plenária que nesse momento é o que deve ser feito, depois o Edital e no momento posterior
125 apresentaremos o cronograma, abre para que outras pessoas tenham interesse e até a revisão da data, local
126 e tudo o mais. Compreendo que é apenas na Plenária que será realizada que iremos discutir a questão de
127 nomes e representações. Nesse momento aqui, é meramente encaminhamento administrativo das
128 plenárias. O conselheiro Marcos Antônio Almeida Sampaio destacou que o que levou a fazer reunião
129 extraordinária foi a discussão também das condições e queria esclarecimentos se tivesse amarrado algo,
130 pois fora discutido ali a questão da infraestrutura para participação dos conselheiros, da realização das
131 plenárias que foi o que gerou o conflito. “Querida saber se existe alguma postura, foi buscada entre o
132 Fundo, a SESAB para garantia dessa infraestrutura.” O conselheiro Josivaldo de Jesus Gonçalves colocou
133 que a pauta daquela reunião era a apresentação mesmo e no demais seria *o que ocorrer*. O conselheiro
134 Marcos Antônio Almeida Sampaio destacou que o questionamento que levou à 13ª reunião extraordinária
135 foi basicamente a discussão que houve da infraestrutura. “Fizemos o debate de acompanhamento, onde
136 colocamos que para a realização desse processo de Plenária que vai envolver todo o estado da Bahia
137 teríamos que ter uma posição de como seria a infraestrutura. Por exemplo, a garantia das diárias. Vimos
138 que avançou a partir da última reunião havendo o pagamento das diárias atrasadas. Daí ficou de ter um
139 posicionamento sobre a garantia da infraestrutura. Foi essa discussão que houve, então, está dentro da
140 pauta.” O Srº Washington Luís Silva Couto perguntou se os problemas só foram aqueles ou havia mais.
141 “Já que ninguém quis rememorar, então, farei isso. Há mais de dois meses o CES tirou uma comissão que
142 faço parte, para que a mesma organizasse as plenárias. Sentamos-nos, não tenho a data específica, mas,
143 tenho tudo anotado e ficou definido que esse grupo para ter a agilidade para fazer as plenárias de 1º de
144 maio a 10 de junho. Por que essa data? Para tirar quatro representantes por macrorregião, pois são nove
145 macrorregiões, mais os 64 conselheiros estaduais titulares e suplentes para fazermos aqui em Salvador no
146 final de julho, meado de agosto a Plenária Estadual com o objetivo principal de retirar a representação da
147 Plenária de Conselheiros Municipais do Estado da Bahia. Nessa reunião ficou dividido uma série de
148 trabalhos e me coube fazer todo o processo de contactar nove macrorregiões através das Diretorias
149 Regionais de Saúde – DIRES, agendar, fazer com essas DIRES a solicitação de um auditório com
150 capacidade por cada macrorregião que fizemos um estudo da seguinte forma: pegamos uma quantidade de
151 municípios por macrorregião e multiplicamos por quatro que é a paridade. Daí teve lugar com auditório
152 para 150, 200 pessoas. Daí montamos, tiramos o entendimento de que esses auditórios deveriam ser
153 escolhidos, em primeiro lugar de maneira gratuita, então, procurar órgãos do Governo. Por exemplo,
154 Vitória da Conquista por sou de lá e conheço, tem um auditório belíssimo que é o auditório do PSF,
155 gratuito, consegui o auditório. Fiz um elenco de todas as datas, lugares que me mandaram 10 datas para
156 escolher, conseguimos todos os auditórios gratuitos divididos também com o grupo e mais os
157 conselheiros que quisessem iria fazer o deslocamento para essas macrorregiões e faríamos essas
158 divulgações para as mesmas utilizando as DIRES, os meios de comunicação e tudo o mais. Depois de
159 todo esse trabalho, ter ligado para todo mundo, conseguido as datas, repassado para Bete, fui
160 surpreendido por outro processo que se arrasta até hoje. Ou seja, já estávamos no final do processo, iria
161 ser muito mais prático, mas, entendo que fui voto vencido mesmo não estando na reunião que decidi
162 isso, me coloquei à disposição, estou sempre à disposição. Não sei que dia foi só para se ter uma idéia.
163 Foi uma reunião da Comissão, da nossa Comissão e isso foi decidido na reunião que tirou. E mudou
164 completamente. Daí Joilda poderá falar melhor, pois ela foi uma das pessoas que teve essa idéia de sair de
165 região em região para fazer um trabalho de sensibilização que, deixo claro, sou contrário ao processo que
166 foi feito, mas, entendo que temos que lidar dentro de um processo democrático em que às vezes sua idéia
167 prevalece e às vezes não prevalece. Mas tinha entendido até então, que era idéia da equipe como um todo.
168 Então, devido a essas mudanças não fiquei na última reunião que foi o último ponto de pauta, tive que sair
169 por questões pessoais, mas estou aqui para fazer. Em termos de mudança de estrutura está tudo como
170 combinado. Entendo que o Estado tem uma questão das diárias que é geral. Do governador a qualquer
171 servidor temos um problema de tempo de diária que sai e não sai a tempo. Há sete anos tem esse tipo de
172 problema. A grande maioria das viagens que fazemos não conseguimos casar a hora que estamos
173 embarcando com a diária na conta. Isso sempre aconteceu no Estado, piorou agora com os últimos meses
174 devido ao novo Sistema Integrado de Planejamento Orçamento e Finanças do Estado que é o FIRPLAN e
175 com este piorou ainda mais a situação das diárias. Estamos tentando regularizar, mas em termos de
176 estrutura não teremos problemas. Entendo também que não existe a necessidade de ter uma quantidade de
177 conselheiros em cada uma dessas nove macrorregiões. Entendo também que o recurso público tem que
178 ser economizado. Não cabe ir 10, 15 conselheiros em uma reunião de macro. Pode dividir 02, 03
179 conselheiros para cada macro dessas e fazer o trabalho de auxiliar o processo. Não sei se foi pertinente ter
180 me expressado dessa forma, mas, é um sentimento e um entendimento que tenho do processo.” A

181 conselheira Deborah Dourado Lopes propôs que se atentassem à questão da pauta. “Só quero fazer uma
182 correção na fala de Marcos. Antes dessa reunião fizemos uma reunião com o grupo para historiar tudo
183 isso e penso que não é bem verdade, que não aprovamos, pois não tinha quórum, em função da
184 infraestrutura. Houve contradição, todos que estavam na reunião e que se encontravam presentes
185 poderiam se manifestar porque, quando foi iniciada a leitura do regimento, já que estávamos bastante
186 atrasados a questão do Regimento e do Edital teve uma série de destaques e questões que a remetia a uma
187 ausência em relação à história de que foi montada. “A plenária está aí e precisamos na verdade
188 encaminhar as deliberações para que não haja prejuízo. É um calendário nacional e poderíamos ficar
189 prejudicados em função dos entendimentos e o ponto fundamental seria submeter o Regimento e o Edital
190 para aprovação. Tem um calendário que o Dr. Washington já historiou e que já havíamos historiado e
191 todos que aqui se encontraram acompanharam o histórico. O Senhor Washington estava corretíssimo
192 com a idéia de fazer. Quanto à idéia de que fosse feito por macros teria sido no sentido exatamente pelo
193 fato de estarem no período de nova gestão. Muitos municípios trocaram a dificuldade de compreensão e
194 não adiantava querer mobilizar, porque nem o gestor estava se dando conta de organizar os Conselhos de
195 Saúde e quem vivia na gestão sabia como esses Conselhos de Saúde funcionavam, a Senhora Elisabete
196 também acompanha, está tendo também uma dificuldade enorme de compreensão e intervenção.”
197 Salientou que a idéia da macro era que se facilitasse e que não acontecesse prejuízo e então o que estava
198 em discussão era a aprovação do Regimento. Voltou para a mesa para que fosse feita a leitura com os
199 destaques, aprovar o Regimento e o Edital ou não, porque a Plenária era deliberativa e majoritária. O
200 conselheiro José Silvino Gonçalves dos Santos salientou que a retomada da história das plenárias foi boa,
201 mais além do que o conselheiro Marcos pontuou, um dos pontos que remeteu para essa reunião
202 extraordinária não foi somente a questão da estrutura, mas da construção das plenárias também.
203 “Discutimos a questão do acesso dos usuários nessas plenárias, sabemos muito bem, a história tem nos
204 mostrado muito isso, que a participação dos usuários é muito pequena e vemos até reclamações de que os
205 usuários não participam, mas, para que as pessoas possam participar elas precisam de infraestrutura. A
206 conselheira Joilda estava com quase três mil reais e como a mesma pontuou, se não fosse o sindicato que
207 ela também é ligada não teria como acompanhar essas plenárias. E como eu mesmo e outros não estamos
208 ligados a sindicatos ou associação de moradores que não detém recursos, então ficaremos
209 impossibilitados de participarmos das plenárias. E a maior preocupação de todos é saberem das
210 dificuldades que os usuários têm para se deslocarem e o mais importante também são as informações de
211 que estamos fazendo uma Plenária construída com o apoio importante das Diretorias Regionais de Saúde
212 – DORES. As DORES não têm muita penetração nos movimentos sociais, têm um trabalho muito focado
213 nos trabalhadores e na gestão, então, precisávamos de fato construir uma Plenária onde todos que
214 deveriam participar das mesmas tivessem o acesso também às informações. Inclusive hoje, vi a angústia
215 da conselheira no elevador tentando explicar a uma pessoa que pedia informações referentes à Plenária do
216 município de Vitória da Conquista e a mesma ainda não tinha as informações. Imaginem as outras pessoas
217 que não têm esse acesso?” A conselheira Leonídia Laranjeiras Fernandes sugeriu que fosse cumprida a
218 pauta e que primeiro fosse aprovado para depois colocar algumas questões no *o que ocorrer*. A
219 conselheira Deborah Dourado Lopes destacou que a sua questão de encaminhamento era que tinha uma
220 mesa com uma pauta a cumprir e a mesma se inscreveu para fazer uma complementação, porque fazia
221 parte da Comissão, juntamente com o Senhor Washington Couto e queria submeter ao pleno que ela não
222 poderia abrir o debate de algo que ainda não havia sido apresentado e todos estavam se precipitando. O
223 conselheiro Marcos Antônio Almeida Sampaio colocou que havia falado que um dos motivos que levaram
224 à suspensão da reunião foi justamente o debate que se ouviu em relação à infraestrutura. E para ele esse
225 debate foi real e até antecederia a discussão de como seria construído. “O conselheiro José Silvino
226 colocou que estamos falando da Lei 141, que a prioridade seria dos usuários e trabalhadores, muitas vezes
227 estavam esquecendo e não poderiam aceitar que essa pautação do Estado se coloca ou não. Acontece
228 assim para todos, porém, aqui temos um caso específico que é de um Conselho que possui orçamento, foi
229 planejado e precisamos discutir. No entanto existem outras formas de se garantir a participação, não só
230 dos usuários como também de qualquer outro conselheiro por outras formas diferentes. Poderia ser feitas
231 licitações de estadia em qualquer lugar no estado da Bahia. O estado poderia fazer licitação para que a
232 alimentação fosse no mesmo local.” O Sr. Washington Luís Silva Couto salientou que já havia sido
233 decidida a questão na reunião, como iriam fazer, inclusive o processo de alimentação e tudo o mais. O
234 conselheiro Marcos Antônio Almeida Sampaio destacou que havia colocado na reunião da Comissão de
235 acompanhamento e inclusive comunicado ao pleno, que tomou uma decisão na reunião supracitada. “Saí
236 da Comissão de Acompanhamento, porque alguns debates foram deixados de ser realizados lá, pois eles
237 têm encarado a Comissão como o espaço deliberativo e não era, porque o Regimento diz: as comissões
238 são espaços de elaborações propositivas ao pleno. E haviam coisas que estavam vindo de lá e quando
239 chegavam no Conselho, pelo fato da Comissão ter liberado lá e perdiam o poder, ao ponto de terem que
240 fazer intervenções. Então, se fazia necessário realizarem a discussão. No entanto, não estive na reunião e

241 inclusive na outra reunião que disseram que foi aprovado não houve quorum e estavam dando como certo
242 um processo que nem sequer foi aprovado pela própria comissão.” A conselheira Déborah Dourado Lopes
243 informou que reforçando o seu encaminhamento ao plenário, infraestrutura não estava na pauta.
244 Acreditava que era importante tudo que foi colocado, mas, o que estava na pauta tinha que ser cumprido.
245 Solicitou que fosse submetido ao plenário se iria cumprir a pauta como tal ou não. A conselheira Joilda
246 Gomes Rua Cardoso informou que a pauta era a apresentação do Regimento e do Edital de Convocação.
247 “Foram enviados antecipadamente, mais precisamente há oito dias, encaminhados para todos os e-mails e
248 até a reunião ninguém se pronunciou. Na reunião, o Regimento foi apresentado e a discussão basicamente
249 foi em cima de que fossem tirados quatro e que ao invés de macro fosse por micro. Essa foi uma das
250 sugestões. A outra sugestão foi a questão de paridade com relação à mulher, mas acredito que o SUS
251 possui a sua conformação paritária. Então, temos que respeitar. A outra situação foi basicamente em cima
252 da questão de deslocamento e como se daria a questão dos recursos.” Perguntou se seria necessário
253 apresentar mais uma vez o Regimento, porque desde a reunião até aquele momento ninguém havia se
254 pronunciado chegando ao ponto da mesma perguntar para Elisabete e não havia sido encaminhado nada.
255 O conselheiro Marcos Antônio Almeida Sampaio comunicou que havia encaminhado na própria reunião
256 dois e-mails. A conselheira Déborah Dourado Lopes destacou que o Regimento dizia que ao ser
257 apresentada a pauta havia 72 horas para qualquer conselheiro fazer uma proposta de mudança da pauta ou
258 não e apresentar também em relação. E ninguém fez a apresentação, então não cabe a esse plenário estar
259 decidindo aqui o que está na pauta, porque ninguém foi apresentado.” O conselheiro José Silvino
260 Gonçalves dos Santos destacou que recebeu o Regimento enviado pela conselheira Joilda, fez a leitura do
261 mesmo, mas não deixaria de usar o espaço de debate. “O espaço de debate é esse aqui e estou me
262 posicionando onde deveria me posicionar. Discordo de você quando diz que enviou e ninguém se
263 pronunciou. Tanto se pronunciou que fiz a leitura e estou aqui me colocando, porque entendo que aqui é
264 um espaço de debate. Mas você também desconsiderou a questão trazida por mim que é o acesso à
265 informação que não estão chegando ao espaço onde deveria chegar. Que os usuários perguntam aos
266 segmentos lá fora quem estão envolvidos e estão sabendo dessas plenárias. São somente os trabalhadores,
267 a gestão e os poucos usuários que estão dentro desses espaços e não preconiza o SUS. A prioridade seria
268 os usuários que estão sendo colocados de lado no processo e será preciso inserir esses usuários no
269 contexto, para que eles possam ter voz e vez, porque são eles que chegam lá na Unidade de Pronto
270 Atendimento - UPA de Escada e está fechada; são eles que estão sendo trazidos dos municípios para
271 Salvador, colocados nos postos de gasolina ou nas esquinas próximas, onde funcionam os hospitais e são
272 desentubados, retirados de ambulâncias e colocados em veículo particular para que possam ter acesso aos
273 hospitais, pois caso contrário não entra. E está certo não entrarem, porque esses pacientes só poderiam
274 entrar se caso já viessem regulados. Então, são esses usuários que não podem ser privados de serem
275 ouvidos; são esses usuários que precisam ser ouvidos nessas plenárias, porque são pessoas dessas
276 plenárias que irão tirar a pessoa que estará lá representando quem estão sofrendo e estão precisando dos
277 serviços de saúde.” O conselheiro Washington Luis Silva Couto explicou que a Plenária seria o
278 Conselho Municipal reunir todos do Conselho com todos os segmentos daqueles determinados
279 municípios, pois são 417 municípios. “Então, a questão de que o usuário, o gestor e o trabalhador não
280 ficarão sabendo dependerá da nossa capacidade até mesmo por telefone. Foi a minha sugestão primeiro
281 foi ligar para cada Conselho para que reunisse o Conselho com pauta única para escolher quatro
282 representações que é por segmento e o usuário tem 50%. Acredito que você está enveredando para um
283 lado seu e todo o segmento de usuários. Não existe na minha opinião, o CES, a Comissão exagerou no
284 processo, de mobilização que era uma coisa simples que seria falar: reunião do CES para escolher 04
285 pessoas para reunião da macro. Vocês querem mobilizar, não dá certo, irão levar o ano todo e não vão
286 fazer.” Salientou que a proposta anterior já estava encerrando e já sairia. “Vocês estão colocando algo
287 muito maior do que a própria Conferência Estadual, onde fizemos com todos os municípios. Não é
288 Conferência Estadual, mas apenas uma Plenária de Conselhos, aonde virão 04 representantes de cada
289 Conselho para as reuniões das macros. Os 417 municípios reúnem na sua macro. Essa macro se reúne e
290 tira nove de cada macro. Nove vezes quatro que se reúne com mais o 64 do CES. Aqui em Salvador
291 tirarão 01 mais 02 suplentes que serão do plenário, então não necessita dessa logística toda.” A
292 conselheira Joilda Gomes Rua Cardoso colocou para o conselheiro José Silvino que jamais desejou
293 cercar o direito de ninguém e que só quis como encaminhamento perguntar se havia a necessidade
294 depois de tudo, apresentar ou não. A conselheira Déborah Dourado Lopes destacou que a Plenária surgiu
295 no sentido de dinamizar a ação dos conselhos com o Conselho Nacional de Saúde – CNS, mas ela por si
296 só é apenas uma criação, não está em lei. “Ao longo dessa a história toda, na maioria dos estados o
297 representante de Plenária é tirado no próprio CES. Porém, com essa questão é preciso dinamizar. Isso é
298 uma coisa nossa, mas, se tiver tanta dificuldade o próprio CES aqui pode indicar representante, porque a
299 Plenária não está na Lei. Plenária não é para estimular.” O conselheiro Marcos Antônio Almeida Sampaio
300 salientou que subentende que não existe nenhuma lei que crie as plenárias e que poderia ser feito neste

301 CES, mais foi colocado no próprio planejamento que foi aprovado pelo CES que iriam fazer as plenárias
302 regionais e por isso já remetia a discussão de qual seria a logística. “Estou esclarecendo para não parecer
303 que estamos fazendo algo que está se fazendo um esforço muito grande do CES para seguir um exemplo
304 diferenciado do que foi aprovado aqui.” O conselheiro Sílvio Roberto dos Anjos e Silva destacou com
305 relação ao processo que não havia necessidade da realização das plenárias de conselheiros. Porque o
306 problema é a questão institucional, de liberação de diárias e não teriam de trabalhar de outra maneira que
307 não fosse da maneira posta no Estado. Pontuou que via uma forma de construir o processo com certa
308 facilidade, que estava sentindo algo parecendo como se estivesse construindo. “Porque não temos
309 condições de realizar Plenárias de Conselhos Municipais de Saúde e, no entanto, e não estou entendendo,
310 já que não estou conseguindo assimilar. Assimilo até a questão da infraestrutura para facilitar quem está
311 participando no processo de humanização e da construção. Porém, a questão que está sendo discutida aqui
312 é uma busca de algo inexistente e não vejo a necessidade de se desgastar em um processo que tem
313 facilidade para ser construído. O Regimento está aí e nunca entendi essa comissão como deliberativa,
314 porque qualquer comissão em nível nacional é propositiva e quem delibera Conselho. Qualquer comissão
315 tem o papel de construir e quem é de comissão independente, ligado a algum Conselho ou não, sabe que é
316 construir e propor. Então foi isso que a comissão trouxe para apresentar nesse CES.” Salientou ainda que
317 deveriam aguardar o momento para que se reunisse toda a comissão para inscrever e se estivessem todos
318 juntos tudo bem. Caso não estivessem, o grupo que fosse chegando iria construindo e passando para
319 apreciação. A conselheira Isadora Oliveira Maia sugeriu que fosse apresentada a pauta e depois fossem
320 discutidas as questões relacionadas ao Regimento e o Edital nas próximas falas, já que futuramente as
321 plenárias teriam que acontecer. O conselheiro José Silvino Gonçalves colocou que o conselheiro Sílvio
322 destacou um ponto fundamental quando mencionou que não tinham condições de atingir todo o objetivo
323 proposto inicialmente na construção das Plenárias Municipais. No entanto, o CES deliberou que deveria
324 ser a partir de plenárias e esse mesmo CES, identificando todas as dificuldades. Então, propôs que a
325 Plenária construísse dentro do CES já que daquela forma não iriam dar conta conforme estava previsto. O
326 Sr. Washington Luís Silva Couto declarou que como a proposta do conselheiro José Silvino estava
327 dentro do CES e seria decidida por macro ou micro, o mesmo estava abrindo outra proposta de ser dentro
328 do CES. Então, se deixaria apresentar e decidiria ponto a ponto. A conselheira Joilda Gomes Rua Cardoso
329 fez a apresentação sobre a Proposta de Regulamento Interno da 4ª Plenária 2013 que foi enviada para
330 todos os conselheiros por e-mail. A conselheira Déborah Dourado Lopes sugeriu que tendo sido o texto
331 apresentado as pessoas se inscreveriam para o destaque. Acabou de fazer o destaque a favor, se tiver um
332 contra seria colocado logo em votação. Na apresentação do destaque Isadora é a primeira inscrita, vai
333 para a votação mantém ou aceita o destaque e vai adiantando. A conselheira Isadora Oliveira Maia
334 questionou que estava na comissão, mas gostaria de saber quantas Macrorregiões foram visitadas,
335 apresentadas e se as Plenárias foram feitas nas Macrorregiões. A conselheira Joilda Gomes Rua Cardoso
336 respondeu que a primeira Plenária seria dia 13 de junho em Juazeiro. “Quem ainda não apresentou data
337 foram as macros de Jacobina, Alagoinhas e Barreiras. As outras já estão com data.” A conselheira Isadora
338 Oliveira Maia perguntou a conselheira Déborah se não houvesse a Plenária dia 15 de agosto teria algum
339 problema? A conselheira Déborah Dourado Lopes respondeu que do ponto de vista da organização
340 estavam com um cronograma a cumprir. “O ideal é que cumpramos o cronograma.” O conselheiro
341 Josivaldo de Jesus Gonçalves colocou que teria problema sim, porque estavam sem representação. “Um
342 dos estados que está sem representação é a Bahia. Virão outras atividades, como está prevista a Mostra de
343 Saúde da Família.” A conselheira Isadora Oliveira Maia perguntou se a senhora Maria das Graças não
344 estava na representação ainda. “Quero essa construção, porque a minha questão de encaminhamento é a
345 seguinte: a Plenária não aconteceu. Ao invés de ser 15 de agosto que seja mais para frente a Plenária
346 Estadual, porque não dia 15 para poder permitir. Claro que se você disser que todas as macros já estão
347 fechadas e as DARES já disseram que vai fazer essas reuniões ok! Um dos problemas apresentados por
348 Marcos e por Silvino é de não estarem participando dessas Plenárias por serem do segmento dos usuários.
349 Terá que ser dada a possibilidade para que essas pessoas consigam comparecer com mais efetividade. Não
350 acontecendo dia 15 de agosto, sendo para setembro ou outubro teríamos mais elasticidade. Graça
351 continuaria nessa representação. Que as outras pessoas possam ir e construir e não apenas Joilda e
352 Francisco por terem mais tempo. A minha preocupação é que por mais que diga que no final do ano não
353 vai ter eleição no Conselho Estadual de Saúde, lembro quando tomei posse em 2011, em 2013 não haverá
354 mudanças? Somente em 2014. O meu destaque é que não seja dia 15 de agosto e sim em setembro ou
355 outubro, pois pelo menos daria mais tempo para todas essas pessoas construírem.” A senhora Elisabete
356 Lima de Moraes - Secretária Executiva do CES colocou para a conselheira Isadora que havia surgido essa
357 conversa na verdade equivocada, porque no Regimento estava totalmente claro quando se lê que são 2
358 anos prorrogáveis por mais 2 anos as representações continuam e os representantes é que deverão ser
359 mudados. A conselheira Isadora Oliveira Maia mencionou que se seria mudado em outubro ou novembro
360 que é o prazo realmente desses 02 anos, pessoas que podem estar na Plenária Nacional podem não ser

361 mais representantes dentro do próprio Conselho. Não sendo no dia 15, indo para setembro ou outubro
362 permitirão que outros conselheiros consigam viajar. A conselheira Déborah Dourado Lopes enfatizou que
363 o destaque da conselheira Isadora é se teria prejuízo em se fazer depois do dia 15. O Senhor Washington
364 Luís Silva Couto lembrou sobre as questões das datas. A senhora Elisabete Lima de Moraes explicou que
365 não havia Plenária Nacional no ano de 2013, pois a Plenária Nacional havia sido em 2012. O Senhor
366 Washington Luís Silva Couto perguntou se a exigência do Conselho Nacional era ainda em 2013? A
367 senhora Elisabete Lima de Moraes respondeu que não havia nenhuma exigência do Conselho Nacional. A
368 conselheira Déborah Dourado Lopes informou que a Plenária não era um órgão deliberativo e sim um
369 órgão consultivo, não tem orçamento, apenas contata com os conselheiros para dinamizar e enxugar a
370 pauta do Conselho Nacional e fortalecer o controle. O Senhor Washington Luís Silva Couto propôs que
371 fosse definido o mês, pois veria o local. O conselheiro Marcos Antônio Almeida Sampaio salientou que
372 sua proposta seria primeiro definir qual o processo e depois ir para a marcação. Mas como já havia esse
373 processo poderiam garantir a Plenária de 13 de junho e que colocasse a final que seria em Salvador para a
374 referida data, porque haveria a possibilidade de construírem as outras em um maior espaço de tempo.
375 “Em setembro seria essa para escolher os quatro representantes e faríamos outro calendário respeitando
376 esse que já está marcado e faria outro calendário para as que faremos.” A senhora Elisabete Lima de
377 Moraes colocou que estavam havendo inscrições. “As apresentações que ficaram acordadas que são as
378 apresentações dos destaques e aí quem se poupou é que tem a inscrição. Vamos caminhar como ficou
379 acordado.” O conselheiro Josivaldo de Jesus Gonçalves colocou em votação a mudança do calendário da
380 Plenária para o mês de setembro, onde 13 conselheiros votaram a favor. A conselheira Déborah Dourado
381 Lopes informou que até setembro faria a Plenária, só que no lugar de ser em agosto seria em setembro
382 com a proposição que Marcos fez que fosse mais dinâmica. O conselheiro Josivaldo de Jesus Gonçalves
383 perguntou qual seria a data no mês de setembro. A conselheira Déborah Dourado Lopes sugeriu uma
384 Comissão que apontasse que na próxima reunião do CES pautasse uma data possível. A senhora Elisabete
385 Lima de Moraes colocou que gostaria que ficasse sobre a responsabilidade da Secretaria Executiva,
386 porque a mesma entraria em contato com os hotéis. A conselheira Maria de Fátima Gomes Almeida
387 enfatizou que o que acabaram de aprovar ali acentuava mais ainda. “O segundo parágrafo diz que estamos
388 legislando sobre uma coisa quando hoje já estamos no final do mês. Está dizendo aqui que a etapa
389 macrorregional será realizada de maio a julho. Com essa mudança seria de junho a agosto? Junho a
390 agosto, porque ainda vai acontecer e estamos no final de maio.” A senhora Elisabete Lima de Moraes
391 solicitou auxílio, onde alguém pudesse fazer as anotações e a conselheira Camila se propôs, para depois
392 repassar para a Secretaria Executiva. A Conselheira Camila dos Santos Pimentel destacou que com a
393 mudança do mês teriam que fazer vários ajustes no texto e então pontuariam porque isso poderia ser feito.
394 “Credenciamento vai ser uma coisa que teremos que fazer, então, vamos fazendo isso.” O conselheiro
395 Sílvio Roberto dos Anjos e Silva informou que participou da elaboração do documento por fazer parte da
396 Comissão. “Conversando com alguns conselheiros fiz uma conta e não chega a criar grandes problemas
397 sobre a questão do quantitativo. Na medida em que temos um evento desses, quanto mais representativo
398 for, melhor. Então, fiz uma conta que quando estamos trabalhando por macrorregião e temos quatro
399 representantes conselheiros, seriam 9x4 que são 36, com mais 60 não chega a ser muito grande. A minha
400 proposta é que seja 08 por macrorregião para dar uma maior possibilidade realmente da representação,
401 porque imagino que se tirar 4 pessoas em um horizonte de 288 pessoas como não será difícil a condução
402 desse processo. Sei, porque já realizei Conferências Municipais. 72 com os conselheiros daqui não
403 chegam a ser um número grande. Proponho que ao invés de 04 sejam 08 por macrorregião.” O Senhor
404 Washington Luís Silva Couto colocou que fariam o processo de fazer a defesa e o outro reforça. “A
405 pessoa propõe, um faz uma defesa e outra faz o contraponto. Iria fazer o contraponto, mas passo para
406 Francisco.” A conselheira Maria de Fátima Gomes Almeida colocou que tinha duas preocupações que
407 inclusive foram discutidas na reunião e conversado muito, que foi a questão da infraestrutura. “Para ser
408 08 por macrorregião e estamos em uma situação que não adianta planejarmos uma coisa e fazer o que não
409 temos possibilidade e depois chegarmos à Plenária ou nas macrorregiões e darmos desculpas. Vamos ter
410 os pés no chão para fazermos o que podemos. Outra coisa que comentei na reunião que é difícil dizer que
411 uma macrorregião de 288 vai ter a mesma representação que uma de 132 ou menor. A minha sugestão é
412 que mantendo 04 seja de 03 a 04 ou 04 a 06.” O Senhor Vice-Presidente declarou importante a
413 observação feita pelo conselheiro Sílvio, mas que precisavam lembrar que o CES iria contar com 32
414 conselheiros. “Quem for para lá que o titular tiver vai ficar como convidado, porque para a votação e
415 escolha são os 32 titulares ou suplentes substituindo titular e a delegação do interior vem com 36. Então,
416 o pessoal do interior já entra sim com mais conselheiros que o próprio CES, se dobramos o número do
417 pessoal do interior talvez para o CES a situação fique complicada. Sobre a questão do custo, quando
418 pensamos para a realização era a otimização, até porque o CES vai bancar a vinda desse pessoal para cá.
419 Temos que verificar também se o aumento dessas pessoas haverá fôlego para darmos conta. Acho que
420 deve ser homogêneo o público e para ter uma homogeneidade capital e interior não podem ter muita

421 disparidade de um para o outro.” O conselheiro Sílvio Roberto dos Anjos e Silva colocou que mantinha a
422 sua proposta, pois compreendia a argumentação de Francisco, até porque ultimamente estavam discutindo
423 muito a questão da participação dos Conselhos Municipais. “É uma forma de estarmos reafirmando,
424 mesmo considerando a questão da estrutura, se aumentar 36 dentro de um processo não significa muita
425 coisa em termos de estrutura para a realização em nível estadual quando dobramos para 36 considerando
426 72. Não estou entendendo como uma disputa dos conselheiros do estado com os do município e sim como
427 um processo que se dará em uma discussão e da busca de uma representação que será construída em todo
428 o processo das construções das Plenárias e suas deliberações. Até para ser coerente com os discursos e
429 com a Comissão de Acompanhamento de Conselhos Municipais de Saúde que participo, de buscar essa
430 valorização e crescimento dos Conselhos, mantenho a minha proposta.” O Senhor Washington Luís Silva
431 Couto colocou em votação a manutenção do texto original para o mês de setembro e 10 conselheiros
432 votaram a favor. Perguntou quem era a favor da nova proposta de Sílvio. “Proposta mantida.” A
433 Conselheira Camila dos Santos Pimentel enfatizou que teve uma dúvida em relação ao texto, porque ele
434 fala primeiro do credenciamento que será realizado das 08h às 10h do dia 15 e depois são representantes
435 credenciados quem mandar até o dia 2 de agosto. “Como a pessoa é credenciada se mandar até dia 02 de
436 agosto e o credenciamento vai ser feito no dia 15? Essa é a minha dúvida e penso que teremos que fazer
437 uma adequação no texto.” O Senhor Vice Presidente comentou que talvez precisasse de fato de uma
438 correção que falasse da questão da inscrição pela internet. “Quem não se inscrever por internet vai chegar
439 aqui no dia e vai ter de 8h até às 10h para fazer a inscrição, porque dia 15 é o dia da Plenária. Por
440 exemplo, as pessoas que tiverem dificuldade de acesso, principalmente as pessoas do interior e não
441 fizerem credenciamento pela internet no dia terão de 8h às 10h mesmo acontecendo a Plenária, para se
442 inscreverem e participarem sem nenhum problema. Talvez o que precise aqui é de explicar melhor isso
443 que estou falando aqui para que fique mais claro, que tenha a inscrição no dia e pela internet, onde tem
444 um prazo para as pessoas que estão com o sistema organizar até o dia 2. Quem não se inscrever até o dia 2
445 no dia 15 faz a inscrição sem nenhum problema.” A Conselheira Camila dos Santos Pimentel declarou ter
446 entendido e perguntou se seria inscrição e não credenciamento. “Teremos que fazer uma adequação
447 textual aí, concorda?” O Senhor Vice Presidente colocou que concordava, porque o que falava de inscrito
448 era a pessoa se credenciar pela internet. O conselheiro Marcos Antônio Almeida Sampaio declarou ter
449 feito uma proposta de inclusão de um artigo colocado nas questões transitórias, mas que cabia no
450 credenciamento. “Gostaria de colocar agora para avaliação. Estamos dizendo que vamos credenciar e que
451 vai ter o processo de escolha, mas não deixamos nítido ali quem vai arcar com a vinda desses
452 conselheiros. Acho que é no Regimento que precisamos colocar se é o próprio Conselho Municipal, o
453 Conselho Estadual ou a Dires que vai arcar. Precisamos deixar bem claro para as pessoas no processo de
454 escolha lá.” O conselheiro Washington Luís Silva Couto mencionou que a proposta colocada desde o início
455 era que o CES iria bancar a vinda do pessoal, a estrutura, colocando sempre os auditórios que iria
456 conseguir e a estrutura necessária para a realização na macrorregião. “Porque entendemos que o espaço
457 que teremos que cuidar melhor vai ser na macrorregião. Quem vem do interior do estado será bancado
458 pelo estado, mas o que?” O conselheiro Marcos Antônio Almeida Sampaio declarou ter ouvido tudo, mas
459 o falado não é o escrito. “Vamos colocar ali. Então pronto, na hora que foi feita a leitura não tinha
460 ouvido.” A senhora Elisabete Lima de Moraes propôs aos conselheiros a data de 12 de setembro por ser a
461 data da reunião ordinária do CES. A conselheira Déborah Dourado Lopes perguntou se iriam fazer a
462 reunião dentro da Plenária. A senhora Elisabete Lima de Moraes respondeu que sim, como seria no dia 15
463 agosto deixando o mês de setembro só para a Plenária. A conselheira Maria de Fátima Gomes Almeida
464 salientou que no artigo 14 era *assegurar-se-á*. O conselheiro Washington Luís Silva Couto colocou que a
465 sua proposta seria que a conselheira Fátima depois, junto com o pessoal que iria cuidar de redação
466 pudesse olhar tudo. O conselheiro Marcos Antônio Almeida Sampaio enfatizou que precisavam garantir.
467 “E não estou fazendo a defesa da pessoa. Gostaria de deixar bem claro, porque na hora que foi colocado
468 na reunião, houve tensão. *Ah! Está querendo que fique, temos que colocar um artigo aí, ainda não tenho*
469 *o texto, mas precisamos garantir a presença da atual representante das Plenárias, ela tem que se fazer*
470 *presente até para colocar que o espaço existe.* Estou colocando isso aí porque no processo de discussão
471 tenho visto um sentimento que tem de deixar de lado, não tem que incluir. Gostaria que fosse colocado
472 um artigo ali para isso.” A senhora Elisabete Lima de Moraes solicitou ao conselheiro Marcos que
473 entregasse alguma coisa escrita para a conselheira Camila sobre o que ele tinha exposto. A conselheira
474 Déborah Dourado Lopes colocou que haveria um momento na mesa em que obviamente seria pedido a
475 essas pessoas que fizessem um balanço. “No mínimo é a delicadeza da transição.” O conselheiro Marcos
476 Antônio Almeida Sampaio mencionou que em todo o processo não envolvera essas pessoas que poderiam
477 ter feito uma prestação de contas já que ficou esse tempo todo. “Estou colocando Déborah, que estou
478 chamando a atenção, pois pode ser que não tenha que constar no Regimento, mas chamar a atenção nesse
479 sentido, porque o espaço existe.” A conselheira Déborah Dourado Lopes destacou que ao retornar de
480 Brasília ela foi convidada para uma reunião com pauta única para apresentar e ela se colocou impedida.

481 Na reunião seguinte ela ficou com uma pauta que não era exclusiva para apresentar e também não
482 poderia, só podendo na terceira que ela fez no Centro de Convenções. O conselheiro Marcos Antônio
483 Almeida Sampaio salientou não estava abrindo um debate, mas somente lembrando que se em uma
484 macrorregião surgia um debate e perguntavam às pessoas que estavam lá o que estavam fazendo, porque
485 o correto seria prestar contas. “Foi eleito em uma Plenária que é maior que o Conselho, estou colocando
486 isso, onde acho que não é o CES que vai para lá no momento que tiver e se alguém questionar dizer que
487 fez isso e isso.” A senhora Elisabete Lima de Moraes mencionou que como seria inserida na pauta só
488 queria saber bem claro se era Prestação de Contas, Relatório de Gestão ou Prestação de Atividade. “O que
489 na verdade você está solicitando? O conselheiro Marcos Antônio Almeida Sampaio colocou que seria
490 relatar um pouco da participação e das atividades. “É a devolutiva.” O Senhor Vice-Presidente salientou
491 que gostaria de lembrar para os menos avisados que aquela escolha ocorreu em 2010. “Se o CES não
492 tivesse feito o convite que fez ano passado, talvez hoje tivéssemos realizando o evento e em momento
493 algum, em pauta nenhuma, em ano nenhum de 2010 para cá, de todas as reuniões do CES foi solicitada
494 pauta para Prestação de Contas. É preciso tomar cuidado quando colocamos essa situação, para não achar
495 que a culpa é do CES que não apoiou e simplesmente escolheu e abandonou, porque normalmente a
496 crítica vem nesse sentido. É preciso tomar muito cuidado com isso, porque mais uma vez, não foi à
497 primeira, mas já é a terceira ou a quarta representação que tiramos de Plenária, que infelizmente o CES
498 fica à margem e praticamente não tem o retorno da atividade. Acho que é isso que precisa ser colocado
499 nesse momento, porque em momento nenhum pelo que sei, o CES excluiu a participação desse processo
500 de nenhum conselheiro, muito menos da representante de Plenária. Agora, é preciso que lembre que o
501 CES sempre esteve aberto a qualquer conselheiro, tanto municipal como estadual para que se o assunto
502 for de interesse do CES seja posto em pauta e discutido para não se compreender que houve algum tipo de
503 perseguição ou falta de condição como em outras épocas, aonde alguns coordenadores de Plenária
504 chegaram para dizer no CES que foi escolhido e o CES não apoiou, não encaminhou o que tinha que
505 encaminhar e ficou com dificuldade e terminou inclusive se afastando antes de encerrar o mandato. O que
506 não é o caso da conselheira Graça de Itabuna. Gostaria que só essa questão ficasse clara e que inclusive a
507 participação da conselheira em qualquer que seja a construção, tanto das Plenárias das macrorregionais,
508 como da Plenária Estadual. Do meu ponto de vista deveria estar acontecendo de uma forma que sabemos
509 até mais participativa. Não estou colocando se há dificuldade ou não, mas acho que desde que foi
510 disparado esse processo dentro do CES, discutido e os encaminhamentos foram dados que deveria ter o
511 acompanhamento.” O conselheiro Marcos Antônio Almeida Sampaio declarou que não faria defesa, pois
512 não lhe caberia fazer. “O que coloquei não era para fazer o debate. A minha questão é para chamar a
513 atenção, mas devemos relatar que em uma reunião da Comissão de Acompanhamento a própria
514 conselheira foi convidada a sair. Somos um órgão fiscalizador, a conselheira pode não ter cumprido o
515 papel dela de ter dado a devolutiva de ter vindo a esse espaço sem ser participativa, mas isso não nos
516 isenta da responsabilidade de valorizar esse espaço, cobrar e inclusive propor no momento a mudança,
517 porque chegou até o final nessa avaliação que fizemos, mas era responsável pela mudança porque quem
518 elege tira em qualquer processo democrático. Entendo a fala de Francisco, mas de certa forma seria bom
519 se tentássemos apagar um pouco o histórico tentando fazer a devolutiva e inclusive passando essa
520 experiência.” A conselheira Maria do Carmo Brito de Moraes colocou que hoje tinha mais clareza do que
521 representava a Plenária. “Acho que todo esse problema surgiu por não estar claro. Penso que não ficou
522 claro talvez para Graça que estava representando nem para os conselheiros. Tanto não ficou que estamos
523 desde janeiro onde disparou essa discussão. Desde aquela época que acho muito salutar e o aprendizado
524 que vem se discutindo para cada vez mais dar qualidade à realização das Plenárias. Uma vez que a
525 Plenária não é definida por lei, mas temos uma necessidade de aproximar esse diálogo do Conselho
526 Nacional, acho que a partir dessa eleição agora que temos a discussão do Regimento, de uma coisa que
527 parece cômodo, mas é necessário que hoje fique bem claro para todos que o que queremos é o
528 fortalecimento do Controle Social e para fortalecer o Controle Social temos que ir aproximando todos os
529 espaços e qualificando a representação dos Conselhos. Vejo que na Plenária desse ano teremos respostas
530 muito mais significativas, tanto para a pessoa que vai representar a Plenária que terá um novo olhar, como
531 os conselheiros que terão uma nova postura frente a essa representação. Então isso tudo é um
532 aprendizado, o mundo é um aprendizado, a vida é um aprendizado. Saímos daqui ganhando apesar de
533 tudo, na medida em que discutimos profundamente uma coisa importante para todos que é o Controle
534 Social”. O conselheiro Sílvio Roberto dos Anjos e Silva colocou que foi bom ter acontecido aquilo e
535 falava na maior tranquilidade, porque tinha uma grande aproximação com Graça na construção daquele
536 processo. “Foi bom ter acontecido isso, até porque nem a Plenária Nacional tem noção do que seja a
537 Plenária. Estou dizendo isso porque fui a uma reunião Nacional de Plenária de Conselheiros que parecia
538 uma extensão de reunião de Conselho Nacional de Saúde e de Conferência de Saúde, foi bom ter
539 acontecido isso, porque construiremos o diferencial do significado de Plenária de Conselheiro.” A
540 conselheira Maria de Fátima Gomes Almeida destacou que corroborava com o conselheiro Sílvio

541 mencionando que não sabia se os demais conselheiros que estavam lá lembravam que fizera essa pergunta
542 de público na Plenária Nacional. “Por isso que concordo que nem a Nacional sabe. Perguntei
543 publicamente na Conferência qual era o papel e como se definia os espaços de discussão da Plenária
544 Nacional.” A conselheira Déborah Dourado Lopes colocou que tinham vencido o primeiro ponto de pauta
545 e aquilo era um avanço. “Está considerado, Graça vai falar, Plenária é uma dificuldade de entendimento,
546 Sílvia foi super feliz, os conselheiros dentro do CES precisam ler Regimento, entender o que é Plenária.
547 Fátima já acabou de contribuir, o Regimento teve todas as contribuições, temos uma nova data que será
548 em setembro e vamos prosseguir para o outro ponto, por favor,”. O Senhor Vice-Presidente perguntou se
549 estava aprovado o Regulamento da 4ª Plenária. “O Edital já tinha sido discutido?” A senhora Elisabete
550 Lima de Moraes destacou não ter problema o Edital, porque existia tecnicamente toda uma arrumação.
551 Não tendo como correr era aquilo ali e acabou. A conselheira Joilda Gomes Rua Cardoso colocou que
552 entre o Regimento e o Edital precisavam definir se é o fortalecimento do Controle Social na macrorregião
553 ou se é o fortalecimento do Controle Social no SUS, porque um documento está fortalecimento do
554 Controle Social no SUS e o outro fortalecimento do Controle Social na macrorregião. A conselheira
555 Déborah Dourado Lopes salientou que já seria uma questão de semântica. “O Regulamento tem que
556 passar a adequação que Camila foi super feliz em relação à questão da data e também em relação a essa
557 questão que é redundante, mas que Joilda fala que sempre colocamos possibilidades de fortalecimento no
558 SUS não é em espaço a, b ou c. A outra questão é em relação ao cronograma. Então, a minha proposta é
559 que a Comissão Executiva que entrasse em contato e agilizasse o local. Gostaria que a Comissão de
560 Acompanhamento fizesse a proposta de um novo calendário para macrorregiões e apresentasse no CES.
561 Estou entendendo que ao apresentar esse novo calendário quem tiver disponibilidade indique seu nome. A
562 senhora Elisabete Lima de Moraes enfatizou que gostaria de ter acesso com muita antecedência ao
563 cronograma para a viabilização de toda a parte estruturante, toda a infraestrutura que Marcos reclama e
564 que todos com toda a razão, na medida do possível tentaram, mas já havia sido falado aquilo várias vezes
565 que se fosse com antecedência, ótimo, porque se fizesse uma solicitação para amanhã iria para Vitória da
566 Conquista e ficaria extremamente difícil. “Por favor, gostaríamos de ter acesso a esse cronograma para
567 que arrumássemos com todos.” O Senhor Vice Presidente destacou que o Regulamento aprovado fala que
568 é responsabilidade da etapa macrorregional, das DIRES e da SESAB. O CES era responsável pela etapa
569 estadual, isso era claro. “Não temos como pedir para a DIRES antecipar data de reunião, quem marca a
570 reunião é a DIRES o que temos feito é escutado a DIRES e tentado encaminhar se vai haver tempo hábil
571 ou não como tem tido a dificuldade é outra história e temos convivido inclusive com isso. Outra questão
572 que acho é que as DIRES estão organizadas e que já colocaram suas datas que mantenham suas datas
573 porque elas estão responsáveis por essa organização e não cabe ao CES chegar agora e porque mudou a
574 data da Estadual propor que mude a data, a responsabilidade da organização é da DIRES a questão é essa.
575 A conselheira Joilda Gomes Rua Cardoso reforçando o que o conselheiro Francisco disse e observando o
576 que acabamos de aprovar que a responsabilidade com as Plenárias nas Macrorregionais é dos Conselhos
577 Municipais e das DIRES por tanto não é nossa. A senhora Elisabete Lima de Moraes salientou o que tinha
578 colocado que Francisco rechaçou aqui foi que precisamos com antecedência ter essa informação do dia
579 em que a DIRES marcou, só foi essa a minha solicitação. A conselheira Joilda Gomes Rua Cardoso
580 colocou que parece que os conselheiros não estão visualizando os seus e-mails ou está havendo algum
581 ruído de informação, porque a conselheira Fátima em uma reunião da Comissão de Acompanhamento fez
582 uma sugestão de cronograma e esse cronograma está sendo alimentado e repassado para o CES para ser
583 repassado para os conselheiros que também foi uma definição na Comissão de Acompanhamento que
584 todo documento fosse repassado para o CES para que fosse repassado formalmente para os conselheiros
585 ou até para as outras instâncias. O que não está alimentado naquela Plenária é o que ainda não foi definido.
586 A senhora Elisabete Lima de Moraes colocou que é exatamente isso que estamos solicitando, não é o que
587 passou é sim o que virá, para termos acesso com antecedência para providenciarmos diária e passagem. A
588 conselheira Déborah Dourado Lopes salientou que não havia contradição entre o que ela falou e o que
589 estavam solicitando. O que não queremos é que chegue perto da reunião e seja apresentado um
590 cronograma para um plenário importante, que só tenha o nome de Francisco isso ninguém mais quer, todo
591 mundo quer participar porque parece que por mais que vocês coloquem que nos colocamos porque
592 ninguém se apresentou, mas parece que o cronograma foi feito só com você e Francisco e Francisco e
593 você é o que não queremos, sendo bastante clara e com todo respeito entendendo que vocês têm maiores
594 disposição, o que queremos é que esse acordo com a DIRES ao chegar ao conhecimento da Comissão ou
595 da Coordenação Executiva ele deslanche com antecedência para os conselheiros e cada conselheiro vai
596 dizer posso ir aqui, posso ir ali. Então não fique debatendo é isso é aquilo, é um cronograma feito pela
597 DIRES que precisa ter maior visibilidade para todos os conselheiros e acabou”. A Conselheira Camila dos
598 Santos Pimentel destacou que faltavam apenas 3 Macrorregiões darem as datas que são as Macrorregiões
599 de Jacobina, Barreiras e Alagoinhas as outras já tem datas, então para que os conselheiros possam resgatar
600 nos seus e-mails essas datas e já se colocarem a disposição, e quando forem marcadas essas três já serão

601 postas para o coletivo. O Senhor Vice Presidente solicitou a indicação de quatro (04)Conselheiros,
602 respeitando a paridade, para participarem do VII Fórum Norte Nordeste de Saúde que será realizado no
603 período de 19 a 21 de junho, em Aracaju.A conselheira Déborah Dourado Lopes colocou que 2 Usuários,
604 1 Trabalhador e 1 Gestor. O Senhor Vice-Presidente enfatizou que havia uma questão pra ser explicada,
605 que não veio como entendemos e da forma que foi organizado lá em Sergipe. O Fórum é para os
606 conselheiros estaduais e os conselheiros das capitais dos estados, se o Conselho Municipal de alguma
607 capital abrir mão da participação e disser que não vai participar o CES assume as outras vagas, então esse
608 número de 4 é se Salvador por acaso disser que tem os 4 de Salvador e foi escolhido por Salvador irá
609 encaminhar como Conselho Municipal de Saúde de Salvador, aí o CES só poderá escolher 4, se Salvador
610 disser que não tem condição porque não tem como tirar a passagem, tem dificuldade aí o CES pode
611 encaminhar porque tem 8 vagas para participação. A conselheira Déborah Dourado Lopes colocou que
612 faria a provocação até porque o Presidente do Conselho Municipal de Saúde de Salvador estava do seu
613 lado. “O que ficou claro no final da última reunião onde provoqueei bastante dizendo que vocês cobravam
614 muito você e Silvino que são os únicos que são conselheiros estaduais e municipais. Como passei no pelo
615 Conselho Municipal há muito tempo em 96, 98 a Secretaria de Saúde não libera diárias e passagens para
616 conselheiros de saúde, vocês ficam cobrando infraestrutura, mas no Conselho Municipal ainda continua
617 assim, tive informação recente, a Secretaria de Saúde só libera diárias e passagens para servidores,
618 gostaria de ouvir do Presidente do Conselho porque isso que Francisco coloca muda toda a dinâmica
619 porque uma coisa é escolher 4 e outra coisa é termos a possibilidade de discutir 8, então com a palavra o
620 Presidente. O conselheiro Marcos Antônio Almeida Sampaio salientou que iria dividir em duas partes:
621 primeiro que há esse decreto na Secretaria que foi do prefeito de 1991, mas não ficamos calados, temos
622 lutado contra isso, inclusive tem se pronunciado sobre o tratamento diferenciado quando o presidente é
623 usuário, secretário, trabalhador sente a diferença de estrutura e o debate que estava sendo realizado no
624 CES estava sendo realizado também no Conselho Municipal de Saúde e inclusive na audiência do CMS,
625 foi realizado esse debate onde informaram que o presidente do CMS era vítima de racismo, foi colocada
626 ainda a questão do racismo institucional, inclusive das coordenações, já que existe uma diferença entre
627 receber uma demanda do presidente do CMS quando é secretário, porque dá uma idéia de extensão do
628 CMS, então há uma diferença quando esse presidente é usuário, no entanto, o mesmo salientou que não
629 tem autoridade e já que o sistema democrático mesmo com todos os problemas que são reconhecidos,
630 colocou então: “eu não tenho autoridade antes da reunião do CMS de Salvador do dia 14 de dizer que o
631 Conselho abrirá mão” e teria que levar a problemática para o CMS de Salvador, e também não fugia a
632 possibilidade da sensibilidade e da solidariedade do CES visse a possibilidade de bancar para que o CMS
633 de Salvador fosse e caso não houvesse a solidariedade do CES em bancar a ida dos quatro conselheiros
634 municipais, “ eu como Conselheiro Estadual de Saúde, estou colocando o meu nome para ser avaliado
635 como representante do segmento dos usuários para fosse representando porém, a resposta do CMS de
636 Salvador se teria condições ou não de mandar as quatro pessoas, só poderia dá depois da reunião do CMS
637 de Salvador. A conselheira Déborah Dourado Lopes reforçou as palavras do conselheiro Marcos
638 salientando que o mesmo não poderia sem consultar o CMS de Salvador, e estava corretíssimo abrir mãos
639 das quatro. Porém o mesmo sendo presidente do CMS e colocou-se como delegado entre os quatro? O
640 conselheiro Marcos Antônio Almeida Sampaio esclareceu que colocou o seu nome, porque no momento
641 que são trazidas discussões referidas à Salvador e queria deixar bem claro, e no momento que se
642 inscrevem como conselheiros ali e se entra havia sempre a ressalva que dizia: “olha, o Conselho de
643 Salvador é Salvador! Então queria que fosse utilizado o mesmo critério” já que ele é Conselheiro Estadual
644 e iria colocar o seu nome como representação porque caso ocorresse já que no Regimento do CMS de
645 Salvador não havia nada que dissesse que um dos representantes seria o presidente. Estava colocando
646 como Conselheiro Estadual que como segmento de usuários estava querendo colocar o seu nome para
647 avaliação de um daqueles representantes, no entanto, coincidiu aquela representação. O conselheiro Jecé
648 Freitas Brandão defendeu a colocação do conselheiro Marcos, já que o mesmo é Conselheiro Estadual e
649 preside a instância municipal, seria justo que ele fosse já que o CMS de Salvador tem problemas de
650 financiamento. A sua presença garantiria as informações para o seu plenário, trazendo-as daquele evento.
651 Salientou que não via problema nenhum, e que já garantiriam a presença do mesmo como Conselheiro
652 Estadual. Indicou ainda o nome do conselheiro Sílvio Roberto para que fosse a representação dos
653 trabalhadores. O conselheiro Josivaldo de Jesus Gonçalves salientou que também tinha interesse na
654 representação dos trabalhadores, e destacou que acreditava que ali não existia nenhuma disputa ou *cabo*
655 *de guerra*, por que para o colega da Central Única dos Trabalhadores – CUT que havia chegado
656 recentemente, sempre foi discutido foram discutidas as participações no consenso de todos os
657 conselheiros, e nunca fizeram *guerra* tanto que ultimamente haviam viajado vários conselheiros sem que
658 houvesse disputas, então não existia nenhuma guerra entre os conselheiros e se colocou também como
659 trabalhador e caso o conselheiro Sílvio quisesse se colocar seria importante e que o CES permitisse que
660 ele ocupasse uma das vagas. Concordou ainda que o conselheiro Marcos como presidente não poderia

661 deliberar ali a nível do município, porém deveria comunicar imediatamente para que o CES absorvesse as
662 quatro vagas e não as perdesse. Propôs ainda que fossem eleitos os quatro representantes e que ficassem
663 até mesmo como suplentes e acaso o CMS deliberasse que não teria condições, os quatro representantes já
664 estariam escolhidos para participar. A conselheira Isadora Oliveira Maia concordou com o conselheiro
665 Marcos em seguida pontuou que o conselheiro Silvino também é Conselheiro Estadual e Municipal e
666 também teria direito, e sugeriu já que a indicação era de quatro conselheiros e seria através de votação
667 sem indicação de pessoas, que seria quem se interessasse e somente levantaria as mãos. O Senhor Vice -
668 Presidente salientou para os conselheiros que estavam se colocando como candidatos, que havia um
669 compromisso no dia 17 de junho 2013, e que os candidatos deveriam garantir que iriam participar.
670 Destacou ainda que seria quatro conselheiros, com a possibilidade de haver mais quatro caso o CMS de
671 Salvador dissesse que não teria condições quatro iriam e quatro ficariam. O Senhor Vice – Presidente
672 colocou à disposição que os conselheiros se candidatassem a participar do VIIº Fórum Norte Nordeste de
673 Saúde, que será realizado de 19 a 21 de junho de 2013 em Aracaju, onde ficou definido: usuários: Marcos
674 Antônio e Maria de Fátima Almeida, como titulares; Gislene e José Silvino como suplentes, caso haja
675 alguma eventualidade por parte dos usuários titulares. Trabalhador: Sílvio Roberto como titulares e Edson
676 Conceição de Araújo, e Josivaldo de Jesus Gonçalves como suplente caso haja alguma eventualidade por
677 parte do trabalhador titular. Quanto à escolha do segmento gestão o Senhor Vice – Presidente sugeriu para
678 o Sr. Washington Couto que a própria gestão definiria, se iria com o COSEMS ou com o Ministério da
679 Saúde. Dando seguimento quanto à solicitação da Superintendente de Recursos Humanos, a Senhora
680 Telma Dantas para a indicação de dois conselheiros titulares e dois suplentes, da representação de
681 usuários para integrarem ao Comitê Estadual de Humanização: “ao tempo convido os referidos indicados
682 para participarem da reunião que ocorrerá no dia 17 de junho às 14 horas no Auditório de Saúde Coletiva,
683 Localizado à Rua Basílio da Gama s/nº - Campus Universitário Canela (próximo à Faculdade de Farmácia
684 e ao Instituto de Música da Universidade Federal da Bahia – UFBA). O Vice-Presidente sugeriu que os
685 dois conselheiros titulares que se candidatassem que automaticamente os seus suplentes acompanhassem
686 os seus titulares, onde ficou definido; a conselheira Maria de Fátima Almeida (titular) e a sua suplente:
687 Joilda Rua Cardoso e a conselheira Gislene Villas Boas Torres da Silva que irá participar como titular já
688 que a mesma não tem suplente. O conselheiro Sílvio Roberto dos Anjos e Silva comunicou que os
689 Ministérios Públicos Estadual e Federal têm contribuído muito na fiscalização na questão da
690 administração pública, e atualmente passamos por um processo delicado que seria a proposta da PEC 37
691 que tira dos Ministérios Públicos o poder investigativo e que já se realizaram muitas audiência
692 relacionadas ao tema, e vemos que o MP através do Doutor Rogério Queiroz, vem acompanhando todas
693 as nossas reuniões. Então o conselheiro Propôs que fosse realizado um debate no CES, relacionado ao MP
694 tratando a questão da PEC 37, que tira o poder investigativo do MP. Comunicou ainda que é contrário à
695 PEC 37 e que inclusive na audiência que o MP realizou, ele se colocou contrário. O Senhor Washington
696 Luís Silva Couto informou para o conselheiro Sílvio Roberto que a sua solicitação iria entrar para a
697 construção da pauta. Quanto a efetividade que o mesmo desejava de ser o mais breve possível, seria um
698 pouco difícil. O conselheiro Josivaldo de Jesus Gonçalves lembrou para a mesa que já existia uma
699 solicitação de pauta para que o Ministério Público Estadual de Itabuna vivesse para o CES, o que foi
700 prometido para o mês de junho. Convidou ainda todos os conselheiros e demais presentes, no próximo dia
701 05 de junho a partir da 15:00 horas, a participarem do IIº Forró dos Agentes Comunitários em Endemias
702 no município de Ilhéus na Associação dos Associação dos Pensionistas da Caixa Econômica Federal -
703 APCEF aos fundos do Aeroporto logo após o Hotel Alpaba e no dia 07 de junho para VIIº Forró Regional
704 em Itabuna das 15:00 às 23:00h. A conselheira Maria de Fátima Gomes Almeida comunicou que se
705 tratava de uma situação que já era para ser colocada há muito tempo e que tinha causado a ela algumas
706 dúvidas e que inclusive estava nas falas de alguns conselheiros e naquele dia do conselheiro Marcos: por
707 exemplo, representação do CES em espaços da sociedade, fosse *ponto gov* ou não *ponto gov*, “*sou*
708 *conselheira e estou em um determinado evento, quem determina essa representação, eu posso me colocar*
709 *enquanto conselheira? Porque tenho feito isso já e estou me colocando no claro*”. O Senhor Washighton
710 Luís Silva Couto respondeu que a mesma poderia se colocar como conselheira, mas não estaria
711 representando o CES, por exemplo, estaria em uma atividade e sugeriu: “vamos propor uma mesa”, não
712 só poderia representar o CES se o pleno deliberasse. O Senhor Washington Luís Silva Couto alertou que
713 fossem priorizadas as prestações de contas, já que estavam atrasados porque o tempo que o CES fosse
714 apresentar aquela proposta iria demorar muito, por isso sugeriu que fossem colocadas as prestações de
715 contas e inclusive o MP iria chamá-los à responsabilidade, porque havia prestações de contas ainda do
716 ano de 2011, para ser apresentado o relatório. A conselheira Maria de Fátima Gomes Almeida informou
717 que o seu parecer, estava pronto e já havia comunicado à Secretaria Executiva para que fosse pautada a
718 apresentação e declinou, porque quando observou que existia o de 2011, o do primeiro quadrimestre de
719 2012, já que a mesma estava com o do segundo quadrimestre de 2012 e enviou um e-mail sugerindo que
720 fosse marcada uma reunião extraordinária preocupada até com a situação, para que os três fossem

721 apresentados. A conselheira Joilda Gomes Rua Cardoso sugeriu que a Comissão de Orçamento se
722 debruçasse para que pudessem definir inclusive, quando o SIOPS realizou um evento onde viram o Srº
723 Francisco Fusi falar bem claro sobre o que é um consolidado de relatório e o que é um relatório
724 quadrimestral, então são pareceres diferentes, e precisaria ver como iriam encaminhar daquele momento
725 em diante. Solicitou ainda pauta para o Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Saúde -
726 SIOPS, porque estavam vivendo um momento com a Lei nº 141 a questão do Fundo Estadual com a
727 Secretaria da Fazenda, e precisavam pautar a situação no CES, para na verdade todos se apropriarem do
728 que está acontecendo no nosso Estado. A conselheira Déborah Dourado Lopes comunicou que em relação
729 à proposta do conselheiro Sílvio Roberto a mês voltou a dizer; que a pauta do CES estava extremamente
730 sobrecarregada, e mesmo com toda a solidariedade de poderem ouvir a sociedade, mas era totalmente
731 contra, a abertura de pauta para ser discutido no CES, a PEC 37 porque os espaços para isso seria a
732 Ordem dos Advogados do Brasil - OAB, e os fóruns *puchados* pelo Ministério Público Federal. Ela como
733 cidadão tinha uma posição, que a reservava no direito de não falar, porém abrir pauta defender a PEC da
734 OAB, não é no espaço do CES. “Vamos ter um pouco de bom senso” já que estamos com prestação de
735 contas atrasadas, a Lei nº 141 fala em relação à questão do período. Lembrou ainda que no mês de maio,
736 tinha a prestação de contas do primeiro semestre, em setembro do segundo e em dezembro do terceiro já
737 existiam algumas atrasadas e ainda tinha a da Fundação Estatal e da BAHIAFARMA. Salientou que
738 tinham uma pauta enorme e existem questões do próprio interesse da gestão para serem acompanhadas.
739 Destacou ainda que o SIOPS é importante mas a Câmara do SIOPS que deveria estar pedindo uma pauta
740 para colocar os conselheiros em relação à importância da Lei nº 141, porque se existe uma Câmara
741 Estadual representamos mais teríamos que pedir. O Senhor Vice – Presidente comunicou que havia sido
742 garantida a discussão realizada e aprovada e agradeceu a participação de todos os conselheiros.
743 O Senhor Vice-Presidente agradeceu a presença de todos, declarando encerrada a sessão, e agendando a
744 próxima reunião para o dia 13 de junho de 2013, quinta-feira, às 09 horas. Não havendo mais o que tratar,
745 eu Elisabete Lima de Moraes – Coordenadora do Conselho de Saúde, lavrei a presente ata, que será
746 assinada pelo Senhor Presidente do CES e pelos senhores conselheiros, após lida e aprovada.
747 Salvador, 29 de maio de 2013.

748 Francisco José Sousa e Silva – Vice-Presidente do CES _____

749 Elisabete Lima de Moraes – Coordenadora do CES _____

750 Camila dos Santos Pimentel _____

751 Déborah Dourado Lopes _____

752 Edson Conceição de Araújo _____

753 Francisco Xavier Paranhos Coelho _____

754 Gislene Villas Boas Torres da Silva _____

755 Isadora Oliveira Maia _____

756 Jecé Freitas Brandão _____

757 Joilda Gomes Rua Cardoso _____

758 José Silvino Gonçalves dos Santos _____

759 Josivaldo de Jesus Gonçalves _____

760 Leonídia Laranjeira Fernandes _____

761 Marcos Antônio Almeida Sampaio _____

762 Maria de Fátima Gomes Almeida _____

763 Maria do Carmo Brito de Moraes _____

764 Maria Helena Machado Santa Cecília _____

765 Olívia Santos Pereira _____

766 Sílvio Roberto dos Anjos e Silva _____

767 Washington Luis Silva Couto _____